

CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME

Termo de Referência 97/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
97/2025	201057-CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME	MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM	24/06/2026 15:51 (v 0.16)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		19973.004690/2025-63

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
BENS DE CONSUMO						
1	Botas de Neoprene - modelo semi-seca com cano alto; confeccionada em neoprene de 5mm ou 6mm; solado de borracha vulcanizado, maleável e antiderrapante	485649	Par	323,00	1568	506.464,00
2	Capuz de Neoprene - composto em 90% polímero cloropreno (neoprene) e 10% poliamida (nylon); 3mm a 5mm de espessura	485651	Unidade	119,00	1170	139.230,00
3	Luvas de Mergulho - confeccionadas em neoprene com palma da mão reforçada que tem por finalidade servir de equipamento de proteção individual	485337	Par	128,00	1392	178.176,00
4	Roupa de Mergulho (tipo úmida de neoprene) - confeccionada em neoprene de alta qualidade tipo Sheico L-Foam duplo nylon ou equivalente; com 3mm a 4,3mm de espessura	329821	Unidade	1.073,50	1229	1.319.331,50
5	Roupa Seca para Mergulho em Águas Contaminadas (MCW) - fabricada em material bilaminado poliuretano; superfície externa de poliuretano resistente a produtos químicos e sem poros para facilitar a limpeza e desinfecção	274994	Unidade	29.768,00	343	10.210.424,00
6	Máscara de Mergulho Autônomo - lentes de vidro temperado, moldura rígida resistente a impactos, saia de silicone com molde nasal	305244	Unidade	197,19	1253	247.079,07
7	Snorkel - com bocal em silicone macio e tubo em silicone, com prendedor de tira de máscara e válvula de purga	606289	Unidade	75,36	2114	159.311,04
8	Nadadeiras (para mergulho autônomo tipo aberta) - com construção em elastômero termoplástico moldado por injeção que resulta em empuxo máximo e resistência mínima durante a natação	485650	Par	726,83	881	640.337,23
	Nadadeiras para Salvamento - fabricada em borracha vulcanizada de					

9	alta qualidade, deve flutuar, com nadadeira com calçadeira fechada, com orifício para escoamento de água e areia	624027	Par	424,40	3217	1.365.294,80
10	Flutuador de Uso Pessoal - capacidade de 100kg a 130kg	611981	Unidade	518,98	3197	1.659.179,06
11	Colete Salva-vidas - com base nos requisitos SOLAS da IMO (Organização Marítima Internacional); com flutuadores frontais; apoio para cabeça e fecho de virilha	305752	Unidade	151,45	2053	310.926,85
12	Jogo de Mangueiras (de 70cm para cada cilindro de emergência) - de baixa pressão (pressão de trabalho: 250psi) para montagem em regulador de primeiro estágio de mergulho autônomo	300856	Unidade	1.600,00	560	896.000,00
13	Cinto de Mergulho para Lastro - construído em nylon reforçado, dotado de fivela de aço inox com sistema de cravos para travamento	611964	Unidade	40,30	957	38.567,10
14	Lastro para Cinto de Mergulho - construído em chumbo revestido com plástico injetado possuindo acabamento uniforme por toda peça	611543	Unidade	101,69	2256	229.412,64
15	Ferramenta de Corte (Z-KNIFE) - design ergonômico contendo duas seções longas na ponta do instrumento	631161	Unidade	175,82	813	142.941,66
21	Corda Semiestática - confeccionada 100% em poliamida	284233	Bobina (com 100 metros)	2.259,35	1534	3.465.842,90
22	Roupa Sanitária (macacão de saneamento) - de mangas longas feito em nylon emborrachado, similar ou superior, com face em poliamida e outra em PVC, similar ou superior, com parte emborrachada do lado externo da roupa	482285	Unidade	430,99	2630	1.133.503,70
23	Mochila Costal - com tampa de enchimento grande e filtro integrado, sendo de fácil abastecimento; com duas alças de carregamento	246946	Unidade	1.082,99	2125	2.301.353,75
24	Líquido Gerador de Espuma (LGE) - concentrado de espuma classe “A” para uso em sistema de espuma por ar comprimido (CAFS em inglês)	620850	Galão de 20 Litros	618,75	6686	4.136.962,50
BENS PERMANENTES						
25	Conjunto de Reguladores (composto por 1º e 2º estágios) - do tipo pistão e com encaixe do tipo YOKE com design compacto; possuir o mínimo de 1 saída de alta pressão (HP) e 4 saídas de baixa pressão (LP)	606418	Unidade	2.657,64	714	1.897.554,96
26	Manômetro Submersível (console duplo) - de pressão até 300bar e visor fosforescente com marcação em vermelho da zona de reserva de 50bar para compor o sistema de fornecimento de ar de um mergulhador autônomo	611544	Unidade	1.049,25	595	624.303,75
27	Sistema de Montagem para Cilindro de Emergência (Bail Out) - estrutura principal composta de dois blocos deslizantes confeccionados em alumínio maciço dotado de bloqueador tipo pino (trava)	631168	Unidade	1.700,00	498	846.600,00
28	Bloco de Comutação de Gás (Switch Block para Mergulho) - construído em aço inox 308 ou 316; peças compatíveis com oxigênio	631400	Unidade	3.845,33	422	1.622.729,26
29	Capacete de Segurança para Mergulho (compatível com MFF) - possibilitar o uso de uma máscara full face (MFF) sem conflitar no ajuste na cabeça do usuário	484543	Unidade	945,19	726	686.207,94
30	Cilindro de Ar Comprimido S80 - confeccionado em liga de alumínio seguindo a norma DOT; rosca 3/4” NPSM (Padrão Americano)	606413	Unidade	2.009,11	590	1.185.374,90
31	Cilindro de Ar Comprimido S30 - confeccionado em liga de alumínio, seguindo a norma DOT; Rosca 3/4” NPSM (Padrão Americano)	631204	Unidade	2.537,50	485	1.230.687,50
32	Colete Equilibrador (tipo jaqueta) - fluotabilidade de mínimo de 13kg (30lbs) e máximo de 26Kg (54lbs); 6 anéis em “D” (D’rings) de aço inoxidável de 2 polegadas	606414	Unidade	3.000,00	591	1.773.000,00
	Harness (ou arnês) de Segurança (para aplicação em mergulho) - construído em forma de suspensório com correias de nylon reforçado					

33	medindo 5cm de largura, impermeável, à prova de mofo, resistentes a raios UV e específico para aplicações marítimas	631125	Unidade	548,23	458	251.089,34
34	Ferramenta de Corte (Tesoura para Mergulho) - construída em aço inoxidável de grau 420, revestida de flúor para resistência à corrosão; ponta romba	631157	Unidade	601,09	556	334.206,04
35	Lanterna Portátil de Led (tipo bastão para mergulho) - construída totalmente em liga de alumínio anticorrosivo anodizado	606579	Unidade	661,62	1404	928.914,48
36	Computador de Mergulho - algoritmo ZH-L16C com gradiente fator e multigás preditivo compatível com mínimo de três gases; cor MIP, tela de alta resolução	606415	Unidade	7.627,58	336	2.562.866,88
37	Bússola Submersível - caixa em plástico muito resistente, pulseira em borracha, bezel giratório com catraca e disco retro luminescente	234101	Unidade	251,83	318	80.081,94
38	Cadeirinha de Resgate - com suspensório, reforçada, tipo paraquedista com ao menos 5 pontos de fixação	473745	Unidade	917,00	979	897.743,00
39	Maca de Resgate (tipo cesto) - rígida, não desmontável, com berço confeccionado em polietileno de alta densidade, suportado por estrutura tubular de aço inoxidável ou alumínio	607935	Unidade	4.493,50	243	1.091.920,50
40	Global Position System (GPS) de Mão - com bateria à prova d'água: IPX7; certificação MIL-STD-810	631121	Unidade	5.241,41	453	2.374.358,73
41	Escora de Estabilização Veicular - formada por tubos quadrados /retangulares em metal alumínio de alta resistência com cabeça integrada multiuso dentada	631209	Unidade	11.166,63	642	7.168.976,46
48	Câmera Termográfica (câmera térmica) - com modo de imagem para combate a incêndios, detecção de calor e busca e salvamento; deverá ser robusta, resistente a quedas	455729	Unidade	23.558,92	172	4.052.134,24
49	Roçadeira Lateral - com motor a gasolina 2T, para uso profissional, com guidão de empunhaduras bipartidas	295582	Unidade	726,69	570	414.213,30
50	Escada Prolongável - com comprimento ajustável, constituído por duas partes, uma fixa e outra móvel	235600	Unidade	712,90	599	427.027,10
51	Soprador – com sistema costal de acomodamento, tipo mochila com cintos acolchoados de no mínimo 2 centímetros para os ombros com regulagem de altura e inclinação	447124	Unidade	1.610,91	778	1.253.287,98
52	Pinga-Fogo - o tanque deverá ser confeccionado em ferro ou aço inoxidável cuja capacidade total do tanque não poderá ultrapassar 7 litros	246940	Unidade	985,24	444	437.446,56
53	Enxada - com lâmina em aço SAE 1045 ou aço de melhor resistência, dureza 42 a 46 RC	430107	Unidade	41,03	3482	142.866,46
54	Mcleod (enxada e rastelo) - de alta resistência, com têmpera de alta resistência 42/46HRC; torneado e lixado	449772	Unidade	253,58	1561	395.838,38
55	Picareta (tipo pulaski) - forjada em aço especial e pintada na cor vermelha. Cabo de madeira com no mínimo 1000mm de comprimento	622876	Unidade	535,00	1102	589.570,00
56	Abafador de Incêndio Florestal - construída de lâmina ('flap') de borracha compacta medindo comprimento de 40cm, largura de 30cm e espessura de 3mm, com duas lonas internas	614015	Unidade	137,60	4878	671.212,80
57	Megafone Profissional de Alto Alcance - portátil com corpo em plástico ABS na cor vermelha; potência de 30w; voltagem: 12V; RMS e alcance mínimo de 600 metros em campo aberto	605860	Unidade	214,71	558	119.808,18
58	Cadeira Dobrável - de aço, produzida com tubos e chapas de aço; peso aproximado: 3kg	239053	Unidade	139,00	1267	176.113,00
59	Mesa Dobrável - estrutura reforçada e fabricada em aço ou metal; tampo fabricado em plástico de alta resistência ou polietileno de alta densidade, com superfície lisa e fácil de limpar	479513	Unidade	447,50	585	261.787,50
60	Bote Inflável - capacidade de pessoas a bordo: no mínimo 6 pessoas, sendo, um tripulante e cinco passageiros; capacidade total de carga: mínima de 1.300kg	295466	Unidade	18.549,75	157	2.912.310,75
61	Motor de Popa - número de cilindros: 2; capacidade volumétrica mínima (cilindradas): 700; sistema de injeção de combustível: carburado (1 carburador apenas); ignição: CDI; sistema de partida:	600386	Unidade	17.666,64	194	3.427.328,16

	manual					
62	Compressor de Ar para Cilindros de Mergulho - motor 4 tempos a gasolina, no mínimo 5HP; peso máximo de 50Kg	484500	Unidade	5.480,76	84	460.383,84
63	Conjunto de Combate a Incêndio Móvel Veicular - com motobomba montada em uma estrutura de ferro com pintura epóxi, composta por um motor 4 tempos com um cilindro refrigerado a ar, com alerta de nível de óleo com, no mínimo 196 cilindradas e potência máxima de trabalho de 6,5HP	613602	Unidade	26.075,00	290	7.561.750,00
64	Motogerador - com 2,8kVA (variações de até 10% serão aceitas); Potência máxima: 3,0kVA (variações de até 10% serão aceitas); Motor: 4 tempos; Sistema de partida: Elétrica e manual (retrátil); Refrigeração: Ar forçado; Combustível: Gasolina comum	631130	Unidade	2.899,00	422	1.223.378,00
66	Torre de Iluminação Artificial (tipo I) - no mínimo 5.000 lumens; portátil com montagem rápida; sem fio; com bateria portátil recarregável de íon lítio, voltagem 18V ou superior	631167	Unidade	9.170,14	351	3.218.719,14
67	Torre de Iluminação Artificial (tipo II) - no mínimo 15.000 lumens; portátil com montagem rápida; sem fio; com bateria portátil recarregável de íon lítio, voltagem 18V ou superior	631164	Unidade	52.999,67	301	15.952.900,67
68	Drone 1 - conjunto de câmeras integrado tipo RGB (espectro visível) com sensor CMOS de no mínimo 1/1,3", 40mp de pixels efetivos, zoom digital de pelo menos 4X em resolução de Full HD	631113	Unidade	9.962,25	144	1.434.564,00
69	Drone 2 - alcance de voo de pelo menos 10 quilômetros; conjunto de câmeras integrado tipo RGB (espectro visível) com no mínimo uma câmera principal dotadas de sensor CMOS de no mínimo 1", pixels efetivos 50MP e uma câmera telefoto com pelo menos 3X de zoom óptico em resolução de 4k	631112	Unidade	17.058,39	94	1.603.488,66
70	Drone 3 - alcance de voo de pelo menos 20 quilômetros; conjunto de câmeras integrado tipo RGB (espectro visível) com câmera principal dotadas de sensor CMOS de no mínimo 1/2", 48MP de pixels efetivos	631111	Unidade	51.771,86	166	8.594.128,76
71	Drone 4 - alcance de voo de pelo menos 40 quilômetros; conjunto de câmeras principal composto por: câmera grande angular (espectro visível) com no mínimo 1/1.3-inch CMOS 48MP; câmera de zoom óptico com pelo menos 34x e 400x digital, dotadas de sensor 1/1.8-inch CMOS 40MP; câmera termal com zoom digital de no mínimo 32x resolução mínima de pelo menos 1280×1024 a 30 quadros por segundo, e capacidade de filmar no espectro compreendido entre 8-14µm	631110	Unidade	339.365,77	59	20.022.580,43
72	Drone 5 - capacidade de transporte de cargas de no mínimo 30 quilos por pelo menos 15km; sistema de câmeras integrado tipo RGB (espectro visível) dedicada a pilotagem da aeronave, com resolução mínima de 1920x1440 pixels, ângulo de visão mínimo de 140°, captura de no mínimo 30 quadros por segundo, com sistema de movimentação pelo menos no eixo vertical	631114	Unidade	335.012,21	47	15.745.573,87
				TOTAL ITENS		145.735.365,26

GRUPO 1 - EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (EAPR)						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR	QUANT.	TOTAL
73	Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (EAPR) - concebido de forma que permita colocar e retirar o equipamento pelo usuário de forma rápida e fácil, sem assistência de outra pessoa. Deve ter mangueiras de conexão e circuitos elétricos necessários para a operacionalização do sistema	478016	Unidade	22.977,10	1523	34.994.123,30
74	Cilindro - composto de um cilindro interno de alumínio e um invólucro de fibra carbono, fibra de vidro e acabamento em resina epoxy; capacidade hidráulica do cilindro de 9,0l	631207	Unidade	8.500,00	926	7.871.000,00
75	Peça Facial Inteira - com ampla visão periférica (panorâmica), com vedação perfeita ao redor do perímetro facial, mascarilha interna,	626386	Unidade	2.226,38	1515	3.372.965,70

	membrana para comunicação externa, audível e clara					
				TOTAL GRUPO 1	46.238.089,00	

GRUPO 2 - MOTOSERRA DE MÉDIO PORTE						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
76	Motoserra (médio porte) - equipada com sistema de embreagem externa para melhor dissipação do calor pelo conjunto tambor-embreagem levando a uma maior durabilidade do motor	449191	Unidade	3.209,00	775	2.486.975,00
77	Sabre para Motoserra (médio porte) - do tipo ponta dura/barra sólida de no mínimo 45cm e espessura de canaleta máxima de 1,5mm. Peça de reposição para o ITEM 76	338035	Unidade	400,00	1760	704.000,00
78	Corrente para Motoserra (médio porte) – de passe 3/8’’, 36 dentes, para trabalhos intensos. Peça de reposição para o ITEM 76	436291	Unidade	80,00	6515	521.200,00
79	Lima para Motoserra (médio porte) – tipo 2, redonda 4,0mm. Peça de reposição para o ITEM 76	486099	Unidade	9,88	2480	24.502,40
				TOTAL GRUPO 2	3.736.677,40	

GRUPO 3 - MOTOPODA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
80	Motopodador - com conjunto de corte, com tubo divisível por sistema de engate rápido para facilitar o transporte, com potência mínima de 0,9 KW / 1,34Hp, motor à gasolina com no máximo 25,4cc	486264	Unidade	963,66	498	479.902,68
81	Sabre para Motopoda – do tipo ponta rolante PR de no mínimo 25cm. Material: Aço Carbono. Comprimento: 400mm. Peça de reposição para o ITEM 80	338035	Unidade	209,25	1080	225.990,00
42	Corrente para Motopoda - de passe 3/8’’, de 42 dentes, para trabalhos intensos. Peça de reposição para o ITEM 80	436292	Unidade	83,17	3585	298.164,45
65	Lima para Motopoda - tipo 2, redonda 4,0mm. Peça de reposição para o ITEM 80	486099	Unidade	9,88	1203	11.885,64
				TOTAL GRUPO 3	1.015.942,77	

GRUPO 4 - SERRA SABRE						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
43	Serra Sabre à Bateria - com motor sem escovas de carvão e de velocidade variável (acionável pelo gatilho), com capacidade igual ou acima de 2.900 golpes por minuto	283970	Unidade	2.283,23	400	913.292,00
18	Lâmina de Serra Sabre (bimetal) - para corte de metais (inclusive aço), plástico e fibra de vidro; deverá ser flexível, com dente cruzado e fresado. Peça compatível com o ITEM 43	630826	Unidade	48,82	3797	185.369,54
19	Lâmina de Serra Sabre (especial) - Lâmina para corte de metais (inclusive aço), desenvolvido para o serviço de resgate, salvamento veicular ou tipo heavy duty; deverá ser flexível. Peça compatível com o ITEM 43	631128	Unidade	71,64	2026	145.142,64
				TOTAL GRUPO 4	1.243.804,18	

GRUPO 5 - ESMERILHADEIRA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
44	Cortador a Disco à Bateria (esmerilhadeira) - punho lateral adicional lateral para possibilitar a empunhadura do equipamento com as duas mãos; sistema de freio e embreagem eletrônica para a proteção do operador; motor livre de escovas de carvão	220250	Unidade	440,12	245	107.829,40
16	Disco para Corte (esmerilhadeira) - diâmetro aproximado do furo do fisco: 22,23mm (7/8"); corte a seco; rotação mínima aceitável: 8.500 rpm. Peça compatível com o ITEM 44	463235	Unidade	10,55	2205	23.262,75
				TOTAL GRUPO 5	131.092,15	

GRUPO 6 - CHAVE DE IMPACTO						

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
45	Chave de Impacto (tipo pistola à bateria) - velocidade variável e possibilidade de rotação reversa; motor livre de escovas de carvão; iluminação integrada	453741	Unidade	2.317,73	153	354.612,69
46	Conjunto de Soquete de Impacto (para chave de impacto tipo pistola) - deve ser fabricado de material resistente e durável, como aço cromo-vanádio, aço cromo-molibdênio, aço inox ou outro aço que apresente tratamento contra oxidação e a resistência adequada para as parafusadeiras. Peça compatível com o ITEM 45	610387	Unidade	160,75	199	31.989,25
TOTAL GRUPO 6						386.601,94

GRUPO 7 - CORTADOR A DISCO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	VALOR (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
47	Cortador a Disco a Combustão - do tipo policorte, deverá ser portátil, monocilíndrico, a combustão por gasolina, possuir motor 2 tempos, carburado, com potência mínima de 3,7kW	627396	Unidade	4.535,06	412	1.868.444,72
17	Disco de Corte (de resina sintética) - apropriado para corte de perfis de ferro, tubos dúcteis fundidos e aço inoxidável. Peça compatível com o ITEM 47	246001	Unidade	96,04	1240	119.089,60
20	Disco Diamantado - Para cortador a disco; aplicação: industrial; acabamento: diamantado; tipo: circular. Para cortadoras de alta potência; borda diamantada soldada por brasagem a vácuo. Peça compatível com o ITEM 47	263564	Unidade	528,03	1599	844.319,97
TOTAL GRUPO 7						2.831.854,29
TOTAL GERAL						201.319.426,99

1.2. As estimativas de consumo individualizadas dos órgãos e entidades participantes formam o **Anexo IV** deste Termo de Referência.

1.2.1 Considerando o ingresso de novos interessados na presente contratação, registra-se que o órgão gerenciador, em conjunto com os entes participantes, observou as incumbências previstas no art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, promovendo a adequada coordenação do processo de planejamento, a consolidação das demandas e a padronização das especificações técnicas, de modo a assegurar a compatibilidade do objeto, a racionalização dos procedimentos e a obtenção de ganhos de escala. Ademais, foram adotadas medidas para garantir a viabilidade operacional e logística da contratação, bem como a adequada estimativa de quantitativos e a compatibilidade com a capacidade de fornecimento do mercado, de forma a preservar a eficiência, a economicidade e a regular execução contratual, mesmo diante da ampliação do número de participantes.

1.3. O item 13 é exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.4. A aquisição dos bens correspondentes a cada um dos itens da tabela acima será conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no **Anexo III - Especificações Detalhadas dos Itens**.

1.5. Caracteriza-se como incêndio florestal, a ser atendido por esta contratação, quando áreas de vegetação (como florestas, matas, cerrados ou campos) ou áreas urbanizadas forem atingidas por focos que se propagam de forma descontrolada, independentemente da sua causa.

1.6. Define-se por evento climático (ou meteorológico) extremo aquele resultado “de uma séria interrupção no funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, afetando seu cotidiano. Essa paralisação abrupta envolve, simultaneamente, perdas materiais e econômicas, assim como danos ao ambiente e à saúde das populações por meio de agravos e doenças que podem causar mortes imediatas e posteriores” (Observatório de Clima e Saúde da Fiocruz, aqui: <https://climaesaude.icict.fiocruz.br/eventos-extremos-0>). O evento climático extremo é popularmente conhecido como “desastre natural”.

1.7. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.9. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.11. O presente Termo de Referência não possui informações protegidas por sigilo, conforme exigências da Lei Geral de Proteção de Dados, assim, não precisa ser classificado pela LGPD e pela IN Seges nº 81/2022.

1.12. Em caso de divergência entre o Estudo Técnico Preliminar e os apresentados neste Termo de Referência, prevalecerão os valores, quantidades e especificações e demais exigências constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. No que tange ao Plano de Contratações Anual (PCA), a Central de Compras é dispensada, uma vez que o registro da presente demanda geraria duplicidade de informações, pois caberá aos órgãos e entidades que usufruirão da contratação realizar o dito registro, conforme permite o art. 21 do Decreto nº 10.947, de 2022:

Art. 21. A Central de Compras da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia poderá, desde que devidamente justificado, dispensar a aplicação do disposto neste Decreto ao que for incompatível com a sua forma de atuação, observados os princípios gerais de licitação e a legislação pertinente.

2.3. Os órgãos participantes e os que eventualmente fizerem adesão às atas de registro de preço deverão, quando da formalização de seus contratos, certificar que as contratações em questão estão contempladas em seus PCA.

2.4. Os órgãos participantes e os que eventualmente fizerem adesão às ARP deverão, quando da formalização de seus contratos, certificar que as contratações em questão alinham-se aos seus Planos de Logística Sustentável (PLS).

2.5. Por ser apenas o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, e evitar duplicidade de registro de informações, não deve a Central de Compras incluir a contratação em seu PLS.

2.6. Por sua vez, a Central de Compras deverá incluir a contratação em seu portfólio de contratações compartilhadas, conforme determina o art. 13 da Portaria SEGES/ME nº 8.678 de 2021:

Art. 13. A Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital constituirá seu portfólio de contratações compartilhadas considerando as informações dos planos de contratações anuais dos órgãos e entidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade estabelecidos nas especificações dos itens, serão utilizados os dispostos nos artigos 5º e 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, segundo o que se segue:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.2. Baseado no Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras, que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo serem observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU /SP, para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental.

4.3. Os produtos deverão possuir alta durabilidade, resistência ao uso intensivo e evitar descarte integral por falha de componentes simples, de modo a reduzir a necessidade de substituições frequentes, contribuindo para a sustentabilidade do ciclo de vida.

4.4. Os materiais fornecidos deverão priorizar soluções que reduzam impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, incluindo produção, transporte, uso e descarte, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os equipamentos deverão ser fornecidos com garantia de disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica por período mínimo, de modo a assegurar a extensão da vida útil e reduzir impactos ambientais decorrentes de descarte prematuro.

4.6. Os equipamentos deverão permitir inspeção, manutenção periódica, preventiva e corretiva, e possuir disponibilidade de peças de reposição.

4.7. As baterias dos equipamentos deverão ter alta durabilidade (ciclos de carga), menor necessidade de substituição e recarregáveis de longa duração. E deverão atender:

4.7.1. Normas de segurança e transporte de baterias (ex: íon-lítio);

4.7.2. Requisitos de não vazamento, estabilidade térmica e proteção contra sobrecarga;

4.7.3. Possuir identificação do tipo de bateria e orientação de descarte ambientalmente adequado.

4.8. O fornecedor deverá comprovar sistema de logística reversa com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) para baterias e equipamentos eletroeletrônicos ou apresentar termo de compromisso com recolhimento e destinação ambientalmente adequada.

4.9. Os equipamentos deverão possuir alta eficiência energética, com menor consumo de energia para o mesmo desempenho e maior autonomia operacional.

4.10. As estruturas e componentes metálicos deverão ser resistentes à corrosão, preferencialmente em aço inox ou alumínio com tratamento adequado.

4.11. Os componentes plásticos e elastoméricos deverão ser livres de substâncias perigosas em níveis acima dos limites internacionais e com resistência a UV e envelhecimento, evitando descarte precoce.

4.12. Sempre que aplicável, os fabricantes deverão adotar processos produtivos com controle de emissões e gestão de resíduos, comprovados por certificações ambientais.

4.13. Os fabricantes dos itens, quando exigido conforme o Anexo III, deverão possuir sistema de gestão da qualidade certificado ou comprovar por outros meios equivalentes a garantia da qualidade do produto.

4.14. Os itens como botas, capuz, luvas, roupas de mergulho, roupas secas e macacão sanitário deverão ser fabricados com materiais que apresentem:

- baixa toxicidade;
- redução de impactos ambientais na produção;
- potencial de reciclagem ou reaproveitamento ao final da vida útil.
- conformidade com restrições internacionais de substâncias perigosas (ex: metais pesados, ftalatos, compostos halogenados nocivos);

4.15. Quanto aos itens como reguladores, cilindros, coletes equilibradores, máscaras, nadadeiras, lastros, snorkel, deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- resistência à corrosão;
- vida útil prolongada, reduzindo substituições frequentes.
- ser resistentes à água salgada e contaminada, evitando degradação precoce;
- possuir, sempre que possível, potencial de reciclagem (ex: alumínio dos cilindros, aço inox, polímeros técnicos).

4.15.1. Os equipamentos deverão atender – tendo especial atenção para mangueiras, válvulas, vedantes (O-rings) e revestimentos internos de cilindros - ao Regulamento REACH e Diretiva RoHS (quando aplicável a componentes eletrônicos ou metálicos tratados).

4.15.2. Quanto aos cilindros de mergulho, deverão atender obrigatoriamente a normas de fabricação e inspeção de vasos de pressão, ensaios periódicos (hidrostáticos). E deverão possuir rastreabilidade do material, marcação permanente e vida útil definida.

4.16. Quanto aos itens como serra sabre, desencarcerador, discos de corte, lâminas, ferramentas hidráulicas, os equipamentos deverão ser projetados para alta eficiência operacional, baixo consumo de energia e redução de desperdício de insumos (lâminas, discos, fluido hidráulico).

4.16.1. Os consumíveis (discos e lâminas) deverão apresentar maior vida útil possível e reduzir a geração de resíduos sólidos.

4.16.2. Os equipamentos hidráulicos devem:

- minimizar vazamentos;
- utilizar fluidos menos agressivos ao meio ambiente (quando aplicável);
- utilizar fluidos hidráulicos com menor toxicidade e preferencialmente biodegradáveis;

- possuir sistema de vedação eficiente contra vazamentos;
- possuir manual de descarte correto do fluido.

4.16.3. Priorizar equipamentos com menor nível de vibração e ruído (impacto ambiental e ocupacional).

4.16.4. Os equipamentos e seus componentes deverão atender ao Regulamento REACH e a Diretiva RoHS (especialmente para ferramentas elétricas).

4.16.5. O fornecedor deverá orientar quanto ao descarte de discos abrasivos, lâminas metálicas e óleos e fluidos.

4.16.6. Os equipamentos deverão possuir motores com alto rendimento energético e menor consumo de energia para mesma capacidade de corte.

4.16.7. As ferramentas elétricas deverão preferencialmente ser fabricadas com tecnologia de eficiência energética comprovada.

4.17. Quanto aos itens como lanternas, refletores, GPS, rádios, equipamentos eletrônicos portáteis, deverão atender à Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) e Regulamento REACH.

4.18. Quanto aos itens como cordas, têxteis e estruturas de resgate, os materiais deverão ser fabricados com foco em alta resistência mecânica, longa vida útil, baixa necessidade de substituição.

4.18.1. Os materiais têxteis (poliamida, poliéster, nylon, etc.) deverão possuir resistência à abrasão, umidade e radiação UV e evitar degradação precoce.

4.19. Os consumíveis associados aos equipamentos (lâminas, discos, etc.) deverão apresentar vida útil compatível com uso profissional intensivo, sendo vedada a oferta de produtos de baixa durabilidade que impliquem aumento de geração de resíduos e custos operacionais.

4.20. No caso concreto, considerando o estabelecimento de requisitos de sustentabilidade ambiental sobre os equipamentos a serem fornecidos, e não em relação à experiência técnica da licitante, entende-se que a questão tem relação com aceitabilidade da proposta (produtos a serem adquiridos), e não com habilitação.

4.21. Por outro lado, aproveita-se a linha de raciocínio contida na Súmula TCU n.º 272 ("No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato"), para fins de determinar que, durante o certame, a licitante apresente, com sua proposta, declaração de que atende aos requisitos de sustentabilidade especificados no edital e anexos, reservando-se à equipe de fiscalização da futura contratante a adoção das providências cabíveis para aferição das características dos bens, previamente à assinatura contratual ou ao aceite da nota de empenho, conforme o caso.

4.22. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, as certificações, laudos, registros, autorizações ou demais documentos comprobatórios exigidos para cada item, quando aplicável, bem como a Declaração de Atendimento aos Requisitos de Sustentabilidade previstos neste Edital e em seus anexos.

Indicação de marcas ou modelos

4.23. Na presente contratação não serão indicadas marcas ou modelos dos itens, apenas as características, conforme o **Anexo III - Especificações Detalhadas dos Itens**.

Da exigência de amostra

4.24. Não se exigirá apresentação de amostra dos produtos ofertados.

Da exigência de carta de solidariedade

4.25. Não se exigirá apresentação de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.26. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.27. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.28. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.29. Considerando as diretrizes estabelecidas pela Resolução CICS/MGI nº 7 de dezembro de 2024, nos termos do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, não se aplica a margem de preferência normal ou adicional ao objeto da aquisição estabelecida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (**Anexo V** do Termo de Referência), em remessa única.

5.1.1. Os contratantes irão informar os endereços quando da assinatura do contrato, estando restritos às áreas de abrangência dos municípios indicados como locais de entrega.

5.1.2 Forma de emissão, meio oficial de envio, marco de comprovação de recebimento e critério de início da contagem do prazo serão estabelecidos na assinatura do contrato ou no aceite da nota de empenho, a critério de cada órgão contratante e acordado entre as partes.

5.2. Fica a cargo de cada órgão contratante realizar reunião com o fornecedor após a formalização do contrato, do aceite da nota de empenho ou da emissão da ordem de fornecimento, de forma a alinhar os procedimentos de entregas.

5.2.1. A realização da reunião possui caráter meramente operacional e facultativo, não suspendendo nem alterando os prazos contratuais, os quais permanecem regidos pelos marcos objetivos previstos no instrumento convocatório e contratual.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. Para os itens 1 a 24, e para os itens 42, 46, 65, 77, 78, 79 e 81 (materiais de consumo), o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.1. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece o prazo de **90 dias** para produtos e serviços duráveis (aqueles de uso prolongado), como garantia legal obrigatória para materiais de consumo, contados a partir da entrega do produto.

5.5. Para os demais itens, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8.1. A definição dos prazos de garantia adotados nesta contratação fundamenta-se em análise técnica da natureza, complexidade e regime de uso dos bens, os quais se destinam a atividades operacionais intensivas, em condições adversas, exigindo elevado grau de confiabilidade e durabilidade.

5.8.2. Para os itens de consumo, adotou-se a garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990, por se tratar de bens de uso imediato e vida útil reduzida, em conformidade com as práticas de mercado.

5.8.3. Para os demais equipamentos, estabeleceu-se garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, em linha com padrões usualmente praticados por fabricantes e fornecedores do setor, especialmente para equipamentos operacionais, eletroeletrônicos e de resgate.

5.8.4. Tal prazo mostra-se adequado para cobrir falhas de fabricação e defeitos de funcionamento decorrentes do uso regular, sem impor ônus excessivo aos fornecedores.

5.8.5. Ademais, a previsão de aceitação de prazo superior ofertado pelo fabricante e a possibilidade de complementação da garantia pelo fornecedor asseguram a isonomia e a ampla competitividade do certame.

5.8.6. Dessa forma, os prazos fixados observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, garantindo a adequada proteção da Administração sem restringir indevidamente a participação de potenciais licitantes.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10.1. A assistência técnica deverá ser prestada no local de entrega dos equipamentos e materiais, abrangendo todas as unidades destinatárias, ainda que situadas em diferentes regiões do território nacional.

5.10.2. A Contratada será responsável por assegurar a adequada cobertura do atendimento, diretamente ou por meio de rede credenciada, devendo garantir a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.10.3. Quando a natureza do reparo exigir a remoção do equipamento, caberá à Contratada providenciar, às suas expensas, a coleta, o transporte e a devolução do bem ao local de origem, sem prejuízo dos prazos de atendimento e das condições de garantia.

5.10.4. O tempo de deslocamento necessário à prestação do serviço deverá estar compreendido nos prazos contratuais, não podendo ser alegado como justificativa para seu descumprimento.

5.11. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

5.11.1. O prazo indicado no item acima, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo contratante.

5.11.2. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11.3. A abertura de chamados para acionamento da garantia ou da assistência técnica deverá ser realizada formalmente pelo gestor do contrato, por meio de canal oficial previamente definido entre as partes no ato da assinatura do contrato, devendo permitir a adequada rastreabilidade das solicitações. A comunicação deverá conter, no mínimo, a identificação do item, descrição do problema e data da ocorrência. A Contratada deverá acusar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, mediante confirmação formal. O marco inicial para contagem dos prazos de atendimento previstos no item 5.11. dar-se-á a partir do término do prazo para acusação de recebimento ou da confirmação expressa do recebimento, o que ocorrer primeiro. O atendimento deverá ser devidamente registrado, de modo a possibilitar a comprovação das providências adotadas, para fins de acompanhamento contratual e eventual aplicação de penalidades.

5.11.4. Sem prejuízo do prazo máximo estabelecido no item 5.11., admite-se que, a depender da natureza, complexidade e criticidade do equipamento, o gestor do contrato e a Contratada, de comum acordo, possam pactuar prazos específicos de atendimento, desde que formalmente registrados no âmbito da resposta à notificação de abertura do chamado. Tais ajustes deverão observar a razoabilidade e a necessidade do caso concreto, podendo estabelecer prazos inferiores ao limite máximo previsto, vedada, em qualquer hipótese, a sua extrapolação. A medida visa conferir maior flexibilidade operacional à execução contratual, sem prejuízo do controle e da responsabilização da Contratada.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo após expirada a vigência contratual.

5.15. O treinamento para utilização dos equipamentos ficará a cargo do contratante, que deverá adotar as medidas que melhor atenderem às necessidades do respectivo órgão.

Do instrumento contratual

5.16. Para os itens 25 a 41, 43 a 45, 47 a 64, 66 a 76, e item 80, o instrumento de contrato será obrigatório, pois se tratam de bens que resultarão em obrigações futuras que, no caso concreto, é a assistência técnica.

5.17. Para os demais itens, por se tratarem de materiais que não resultarão em obrigações futuras e que terão suas entregas efetuadas de forma imediata em remessa única, o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho, conforme Anexo I deste TR.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A área de gestão contratual deverá providenciar a comprovação, previamente à assinatura contratual ou ao aceite da nota de empenho, de que os produtos a serem fornecidos atendem aos requisitos de sustentabilidade especificados no edital e anexos.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como para os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções, serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente, definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo, com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente verificadas pela Administração, durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas, cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, quanto à inadimplência do Contratado, bem como, quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

8.21.1. Em observância ao art. 40, inciso V, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021, a Administração adotou condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, visando maximizar a competitividade e a eficiência da contratação. Tal medida reflete-se na celeridade do prazo de pagamento estipulado (10 dias úteis), na utilização de especificações técnicas padronizadas de mercado e na modelagem de um certame centralizado via SRP que reduz custos de transação para os fornecedores, tornando a proposta pública comercialmente atraente perante o mercado privado.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público, incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente, tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma, não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.38. Considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de equipamentos destinados às ações de combate a incêndios e resposta a eventos climáticos extremos, reconhece-se sua relevância operacional e logística. Todavia, a análise de risco da contratação indica que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária nem proporcional. Trata-se de contratação de natureza não continuada, com pagamento condicionado ao recebimento definitivo dos bens, após verificação do atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas. Ademais, o modelo contratual contempla a aplicação de penalidades administrativas em caso de inexecução ou inadimplemento. Sob o aspecto financeiro e operacional, mapeou-se que os riscos associados são mitigados pelos mecanismos de controle previstos, não se evidenciando exposição relevante que justifique a exigência de garantia. Por fim, considerou-se que a imposição de garantia contratual poderia restringir a competitividade do certame, especialmente diante da diversidade de fornecedores do setor, razão pela qual, com fundamento nos princípios da proporcionalidade, eficiência e competitividade, opta-se pela sua não exigência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL, de acordo com cada pedido de fornecimento realizado pela Administração ao adjudicatário do grupo/item registrado na Ata de Registro de Preços.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, adotado o critério de julgamento de menor preço por itens ou por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valor unitário estimado para os itens 1 a 15, 21 a 41, 48 a 64, 66 a 72, conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

9.3.2. Valor global do Grupo e o unitário estimado para cada item para os grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), 9.23. Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de:

a) **10% (dez por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os **itens: 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62; e Grupos 5 e 6);**

a.1) Itens dispensados da comprovação da qualificação econômico-financeira (entrega imediata): **1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15.**

b) **5% (cinco por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os **itens: 25, 28, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 48, 51, 60, 61, 64, 66, 68, 69; Grupos 2, 3, 4 e 7**;

b.1) Itens dispensados da qualificação econômico-financeira (entrega imediata): **4, 9, 10, 21, 22, 23 e 24**.

c) **3% (três por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os **itens: 41, 63 e 70**;

c.1) Itens dispensados da qualificação econômico-financeira (entrega imediata): **5**.

d) **1,5% (um e meio por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os **itens: 67, 71 e 72**;

e) **1% (um por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para o **grupo 1**.

9.24.1 Para o caso de consórcio, caso alguns dos consorciados apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices citados no item anterior, o acréscimo será de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para habilitação econômico-financeira de licitante individual, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciado. Desta forma, os percentuais para o patrimônio líquido a serem exigidos no caso de consórcio serão os seguintes:

a) **11% (onze por cento)** no caso de consórcio para os **itens 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62; e Grupos 5 e 6**;

b) **5,5% (cinco vírgula cinco por cento)** no caso de consórcio para os **itens: 25, 28, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 48, 51, 60, 61, 64, 66, 68, 69; Grupos 2, 3, 4 e 7**;

c) **3,3% (três vírgula três por cento)** no caso de consórcio para os **itens 41, 63 e 70**;

d) **1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento)** no caso de consórcio para os **itens: 67, 71 e 72**;

e) **1,1% (um vírgula um por cento)** no caso de consórcio para o **grupo 1**.

9.24.1.1 O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.24.1.2 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos para o último exercício social já exigível e apresentado, sob pena de inabilitação.

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Por se tratar de entrega imediata, para os **itens 1 a 15 e itens 21 a 24** o licitante ficará dispensado de comprovar a qualificação econômico-financeira, com base no art. 70 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Comprovação de fornecimento de pelo menos 10% (dez por cento) da quantidade estimada para cada item licitado, dos itens 1 a 15, 21 a 41, 48 a 64, 66 a 72.

9.29.1.2. Para o Grupo 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 será exigida a comprovação do fornecimento de 10% do quantitativo total previsto para o item de maior relevância do grupo (ou equipamento equivalente), a saber:

Grupo 1 - Item 73 - Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (EAPR);

Grupo 2 - Item 76 - Motosserra (médio porte);

Grupo 3 - Item 80 - Motopodador;

Grupo 4 - Item 43 - Serra Sabre à Bateria;

Grupo 5 - Item 44 - Cortador a Disco à Bateria (esmerilhadeira);

Grupo 6 - Item 45 - Chave de Impacto (tipo pistola à bateria);

Grupo 7 - Item 47 - Cortador a Disco à Combustão.

9.29.1.3. Os atestados deverão conter itens semelhantes ao ofertado, ou seja, de mesma linha básica de produção e/ou fornecimento.

9.29.1.4. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, as certificações, laudos, registros ou demais documentos comprobatórios exigidos para cada item, quando aplicável, em conformidade com as especificações constantes do **Anexo III** deste Termo de Referência.

9.29.1.5. O Licitante deverá apresentar documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.35. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, conforme regra o Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

9.36. Será permitida a participação de empresas em consórcio, conforme a Lei nº 14.133/2021, Art. 15.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ 201.319.426,99** (duzentos e um milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Por se tratar de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou nota de empenho.

11.3. Por se tratar de compra descentralizada, implementada por meio de Sistema de Registro de Preço com objetivo de suprimir as necessidades de diferentes órgãos que registraram ou registrarão a demanda pelo objeto do presente Termo de Referência, em observância ao art. 17 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, não é necessário indicar a dotação orçamentária no presente documento, uma vez que tal informação somente será exigida para a formalização do contrato do órgão Contratante. Conforme redação expressa do artigo em questão, a "indicação de disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização de contrato ou de outro instrumento hábil".

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

Brasília-DF, na data das assinaturas eletrônicas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor (art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor (art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 3.3. O treinamento para utilização dos equipamentos ficará a cargo do contratante, que deverá adotar as medidas que melhor atenderem às necessidades do respectivo órgão.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfira a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado está obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (**identificar o Contratado**) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília-DF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:51:17.

CARLOS PEDROSA NETO

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:01:39.

DANIEL ANDRADE CARIBE

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:11:12.

DORVALINA TEOTONIA DE CARVALHO

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:37:29.

EDNA CRISTINA CARVALHEDO VIDAL DE SOUSA

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:27:24.

JOSE SERGIO MARQUES DOS SANTOS

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:45:17.

LUCILENE FIORENTINO DA SILVA

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:09:32.

MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM

Coordenador-Geral Substituto de Estratégias de Aquisições e Contratações



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:36:43.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, para fins de publicação do edital.

MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:26:13.